

## LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL: ANÁLISE DE DISCURSO EM FOCO

*TEXTBOOK IN BRAZIL: DISCOURSE ANALYSIS IN FOCUS*

*LIBRO PEDAGOGICO EN BRASIL: ANÁLISIS DEL DISCURSO FOCALIZADO*

Raquel Brum STURZA<sup>1</sup>  
Fernanda Monteiro RIGUE<sup>2</sup>  
Gilberto OLIARI<sup>3</sup>

**RESUMO:** O artigo visa problematizar a trama discursiva que cerca a temática dos livros didáticos no Brasil. Desenvolve um estudo pautado em inspirações teóricas e metodológicas de Michel Foucault expressando uma análise de discurso focada nas relações de forças que estabelecem enunciados em reportagens veiculadas em *websites* entre 2019 e 2020, especificamente acerca da inutilização dos livros didáticos. Por meio da análise do discurso tomam relevo dois eixos analíticos: 1) uso dos recursos públicos para a produção de materiais didáticos; 2) descarte inadequado de materiais didáticos. Emerge do estudo a consideração de que o livro didático tem sido tomado como objeto de apropriação de práticas-moldes gerencialistas, econômicos e neoliberais, sustentando a proliferação de discursos e *slogans* que desvalorizam a educação escolar pública. São escassos os discursos dos *websites* que tratam do livro didático, de modo a contemplar multiplicidades e condições concretas que permeiam o contexto das instituições educativas públicas brasileiras.

**Palavras-chave:** Livro didático. Análise de discurso. Educação escolar.

**ABSTRACT:** *This article aims to discuss the discursive action around the subject of textbooks in Brazil. It develops a study based on the theoretical and methodological inspiration of Michel Foucault, expressing a discourse analysis focused on the relations of forces that establish statements in reports published on websites between 2019 and 2020, specifically about the destruction of textbooks. Through discourse analysis, two axes of analysis are highlighted: 1) the use of public resources for the production of educational materials; 2) the inappropriate disposal of educational materials. The study suggests that the textbook has been taken as an object of appropriation of managerial, economic and neoliberal models of practice, supporting the proliferation of discourses and slogans that devalue public school education. The extent to which the reports on the websites do not deal with issues related to the textbook, in order to consider the multiplicities and broad creations that take place in the context of educational institutions.*

**Keywords:** *Textbook; Discourse Analysis; Schooling.*

**RESUMEN:** *Este artículo tiene como objetivo discutir la trama discursiva en torno al tema de los libros pedagogicos en Brasil. Desarrolla un estudio basado en inspiraciones teóricas y metodológicas de Michel Foucault, expresando un análisis del discurso centrado en las relaciones de fuerzas que establecen declaraciones en informes*

<sup>1</sup>Mestra em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil. <http://orcid.org/0000-0002-8229-9178>, E-mail: raquelsturza@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Universidade Federal de Uberlândia - Campus Pontal, Ituiutaba, Brasil. <http://orcid.org/0000-0003-2403-7513>, E-mail: fernandarigue@ufu.br

<sup>3</sup> Doutor em Educação. Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ, Chapecó, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3102-8383>, Email: gilba@unochapeco.edu.br

*publicados en sitios web entre 2019 y 2020, específicamente sobre la destrucción de libros de texto. A través del análisis del discurso, se destacan dos ejes analíticos: 1) uso de recursos públicos para la producción de materiales didácticos; 2) eliminación inadecuada de materiales didácticos. Del estudio surge la consideración de que el libro de texto ha sido tomado como objeto de apropiación de modelos-prácticas gerenciales, económicas y neoliberales, sustentando la proliferación de discursos y consignas que devalúan la educación escolar pública. Hasta qué punto los informes en los sitios web no abordan temas relacionados con el libro de texto, para contemplar las multiplicidades y amplias creaciones que tienen lugar en el contexto de las instituciones educativas.*

**Palabras clave:** *Libro de texto. Análisis del discurso. Educación.*

## **Introdução**

Há que se reconhecer que o conjunto de conhecimentos que hoje partilhamos em nossas escolas e, em toda e qualquer instituição de ensino, é fruto de um longo e complexo processo histórico, político, econômico e social. Outrora, esses conhecimentos estavam intrinsecamente ligados “[...] ao corpo do erudito, do aedo, do contador de histórias. Bibliotecas vivas: esse era o corpo docente do pedagogo” (SERRES, 2015, p. 25), a partir do Renascimento, e do advento das impressoras rudimentares, os conhecimentos passaram a ser registrados “[...] em livros de papel, suportes de imprensa” (SERRES, 2015, p. 25).

Mais do que o registro dos conhecimentos, acreditamos que os livros conseguem tornar-se um “[...] testamento, dizendo ao herdeiro o que será seu de direito, lega posses do passado para um futuro” (ARENDDT, 2007, p. 31). Essa herança, da qual o testamento livro pode transmitir, pode ser entendida como as diferentes potencialidades de atribuição de sentidos e significados aos fenômenos sociais, culturais, físicos, químicos, etc. que acontecem no tempo presente. Desse modo, os livros (e por extensão as bibliotecas) guardam em suas páginas inúmeras riquezas que possibilitam a quem as acessa a potência de responder questionamentos que há muitos anos rondam a humanidade, os quais, embora já possam ter sido deveras discutidos, mas, no seu tempo presente, emergiram novamente exigindo outras problematizações.

Levando isso em conta, é possível pensarmos onde se encontram boa parte desses conhecimentos hoje, sendo a herança das gerações. Segundo aponta Serres (2015), o conhecimento hoje está o tempo todo e por todo o lugar transmitido por intermédio dos meios digitais de comunicação. O registro dos conhecimentos, conforme o autor, rompeu o espaço-página do livro no formato físico, antes situado apenas em livrarias e bibliotecas, expandindo-se para uma quantidade expressiva de contextos e lugares, pois os meios de

comunicação contribuíram para a ampliação da disseminação dos conhecimentos. Esse deslocamento, conforme aborda Serres (2015), acabou por dissolver e pulverizar a noção de arquivamento dos conhecimentos. No entanto, há possibilidade de problematizarmos, se é significativa a quantidade de indivíduos que possuem acesso equitativamente e igualitário aos meios digitais de transmissão e distribuição desses conhecimentos no Brasil. A temática do acesso, é tão importante quanto a sua ampliação.

Tendo em vista essa trajetória, implicados em compreender como o livro didático, sua utilização/(in)utilização tem sido visibilizado nos *websites*, constituímos um problema de pesquisa que motiva a construção do presente estudo: Como as reportagens contemporâneas abordam a temática da (in)utilização do livro didático no Brasil na contemporaneidade?

## Método

A abordagem metodológica da pesquisa consiste em realizar um apanhado de algumas reportagens que têm circulado no cenário nacional, no recorte temporal que compreende os anos de 2019 e 2020, por intermédio dos *websites*, acerca do tema ‘livro didático’.

Os resultados encontrados nessa busca tomam relevo no desenvolvimento do estudo, o qual estará pautado em um viés teórico-conceitual baseado nos pensamentos escritos de Michel Foucault, no que diz respeito à análise de discurso. Para Foucault (2007), discurso trata-se de:

Um bem – finito, limitado, desejável, útil –, com suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização: um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (FOUCAULT, 2007, p. 136-137).

Para Foucault (2007), o discurso dá corpo a um conjunto de enunciados. A compreensão de enunciado em Foucault toma relevo como um ‘*status*’, uma série de operações em constante utilização. Um enunciado transita, permite, impede, se arquivava, ora dócil, ora rebelde, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (FOUCAULT, 2007). Uma série de dispersões de diferentes objetos, que se diferenciam nas práticas diárias, tendo em vista o que chama de jogo de regras e diagnósticos. Movimento marcado

pelas relações permanentes entre saber e poder que constituem a condução das condutas, das forças em fluido.

Conforme Fischer (2001), para analisar os discursos é preciso antes de tudo recusar explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas. Para Foucault (2014), é preciso atentar para o que as palavras tornam visíveis, das coisas ditas. Isso significa que é preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, rachá-lo, deixando-o aparecer na complexidade descontínua que lhe é peculiar.

A primeira tarefa para chegar a isso é desprender-se de um longo e eficaz aprendizado que ainda nos faz olhar os discursos apenas como um conjunto de signos, como significantes que se referem a determinados conteúdos, carregando, tal qual o significado, “[...] quase sempre oculto, dissimulado, distorcido, intencionalmente deturpado, cheio de ‘reais’ intenções, conteúdos e representações, escondidos nos e pelos textos, não imediatamente visíveis” (FISCHER, 2001, p. 198).

É nesse tom que o presente estudo se mobiliza, seguindo as tramas conceituais que serão apresentadas a seguir.

### **Tramas conceituais**

Há que se reconhecer que existe um conjunto significativo de instituições econômicas, sociais e políticas, que cerceiam o acesso aos conhecimentos e muitas vezes operam como a engrenagem que Foucault (2008a) chama de prática de governação. Governação das práticas empregadas pelo Estado<sup>4</sup> sob determinados conhecimentos (seleção de conteúdos e temas), governação do olhar e da busca de saberes por parte do indivíduo, tendo em vista o aprimoramento das práticas de governação de si. Considerando às ações dos governos em relação aos sujeitos:

Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou dificulta, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (FOUCAULT, 1995, p. 243).

---

<sup>4</sup> Para Foucault (2008a) “[...] o Estado não é nada mais que o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas (...)” (p. 96).

Isso pode ter sérias e problematizantes implicações, visto que acabam por produzir e proliferar discursos, conectados a uma rede de enunciados, que podem incidir diretamente na produção, distribuição e venda de livros amplamente para a sociedade, bem como atravessar diretamente na produção de livros didáticos, paradidáticos, ou mesmo de literatura que serão distribuídos para as escolas por meio de diferentes políticas públicas.

Em consonância a noção de discurso em Foucault (2007), a ferramenta conceitual denominada governamentalidade, dá corpo a uma linha de força que têm operado pela via do desenvolvimento de toda uma série de saberes, já que “[...] nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades” (FOUCAULT, 2008b, p. 164). Saberes que operam pela via de uma subjetivação dos indivíduos quanto a direcionamentos e escolhas, tais como: ‘ler ou não ler’; ‘ler determinado tipo de texto, em detrimento de outro’; ‘estudar ou não estudar’; ‘guardar e distribuir livros ou jogar fora’; (entre outros).

Com a consideração de Dardot e Laval (2016) “[...] o homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial” (p. 322), é possível vislumbrar uma subjetividade em ênfase nesse contexto de governamentalidade, uma espécie de “[...] esquema regulador da prática [...]” (FOUCAULT, 2008a, p. 434). Acerca do governar:

[...] pode querer dizer conduzir alguém, seja no sentido propriamente espiritual, do governo das almas – sentido então plenamente clássico, que vai durar e subsistir por muito, muito tempo -, seja de ligeiramente defasada em relação a isso, “governar” pode querer dizer “impor um regime”, impor um regime a um doente: o médico governa o doente, ou o doente que se impõe certo número de cuidados se governa (FOUCAULT, 2008b, p. 163).

Ferramenta conceitual que se alia à noção de poder disciplinar em Foucault (2018). Tecnologia desenvolvida pela sociedade moderna, que desenvolve ‘controle sobre os corpos’ sem recorrer à força e à violência. Poder disciplinar pressupõe o consentimento do sujeito para a docilização de seu corpo. Nesse caso, o recurso utilizado é o físico, como, por exemplo, a disposição dos espaços, degraus, janelas de observação, etc; permitindo uma lógica de vigilância hierarquizada em diversos níveis. Nesse sentido, o poder disciplinar que se espera, de acordo com Foucault (2018), seria aquele no qual

um olho pudesse vigiar tudo. Conforme Santos (2016), algumas instituições “[...] praticam a educação desses diversos métodos de disciplina, como, por exemplo: internatos, quartéis, a fábrica, e especialmente, a escola” (SANTOS, 2016, p. 103-104).

Pode-se dizer que existe aí, nesse *modus operandi*, uma disciplinarização que se exerce por intermédio de um poder instaurado. Noção de poder que Gilles Deleuze (2013) pulveriza, quando considera que “Um exercício de poder aparece como um afeto” (DELEUZE, 2013, p. 79), como o que ele chama de “[...] pontos singulares que marcam, a cada vez, a aplicação de uma força, a ação ou reação de uma força em relação a outras, isto é, um afeto como [...] estado de poder sempre local e instável” (DELEUZE, 2013, p. 81). Poder como relação/embate de forças, já que “Se o saber consiste em entrelaçar o visível e o enunciável, o poder é sua causa pressuposta [...] o poder implica um saber como bifurcação, a diferenciação sem a qual ele não passaria a ato” (DELEUZE, 2013, p. 48). Com isso, o poder aparece como “[...] uma maneira para alguns de estruturar o campo de ação possível dos outros” (FOUCAULT, 1983, p. 245). Uma tentativa de conduzir ou governar a conduta de outros sujeitos, ou grupos de sujeitos, sendo onipresente, para além da visão binária de poder.

### **O que toma relevo acerca do tema ‘livro didático’?**

Quando desenvolvemos o movimento de atentar para as reportagens acerca do livro didático<sup>5</sup> no Brasil, nos colocamos em uma condição de investigação, tendo em vista a pluralidade de achados. O mapeamento dos principais achados da busca corroborou para: fragmentos, alguns títulos e imagens. Tendo isso em vista, em um primeiro momento, apresentaremos alguns dos excertos presentes nas notícias divulgadas nos *websites*. O fazemos, pois, suas ‘chamadas’, a nosso ver, são deveras pertinentes para iniciarmos esse empreendimento de composição, que tem como foco os relevos que essa temática tem tomado no contemporâneo.

---

<sup>5</sup> Acerca do livro didático é importante mencionar que ele passou a integrar uma avaliação pedagógica por parte do governo intitulando-se Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). O PNLD, emergiu por meio do Decreto nº 91.542 no ano de 1985. Trata-se de uma política pública que se propõe à avaliação e distribuição de livros didáticos para todos os estudantes de diferentes níveis do ensino público da Educação Básica. A partir disso, entende-se que o governo traçou uma política de ação educacional em torno deste fato que, impulsionou a busca pela qualidade deste material didático, uma vez que os livros que não se harmonizassem com as propostas oficiais de ensino não seriam indicados, diminuindo, assim, seu público e seu lucro.

Ao realizarmos a leitura completa de cinco (5) reportagens que encontramos, alguns fragmentos mostraram-se recorrentes para pensarmos acerca do que é midiaticizado acerca dos livros didáticos nos veículos de comunicação brasileiros. Para tanto, selecionamos dezoito (18) excertos, que compreendemos como os mais potentes para a problematização e discussão resultante das análises, os quais estão dispostos na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1: Mapeamento dos principais fragmentos.

<b>Fragmentos das Notícias</b>	<b>Origem</b>
“O pior é que o país que tem tanto a melhorar na educação joga fora montanhas de livros didáticos, novinhos. Muitos são picotados em máquinas de reciclagem e vendidos como lixo para virar até papel higiênico”.	Fantástico (2020)
“Enquanto algumas escolas recebem livros em excesso, os quais são descartados, outras têm falta do material didático”.	G1/Giovani Grizotti (2019)
“[...] vão parar em galpões de reciclagem, e alguns são usados até para a fabricação de papel higiênico”.	G1/Giovani Grizotti (2019)
“A reportagem encontrou um empresário da área que chega a coletar cerca de 80 toneladas de papel por mês em livros didáticos”.	G1/Giovani Grizotti (2019)
“[...] a reportagem encontrou uma sala cheia de livros encalhados, que nunca foram usados pelos alunos”.	G1/Giovani Grizotti (2019)
“O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do Ministério da Educação (MEC), quer descartar livros didáticos considerados sem utilidade, que nunca foram entregues a alunos das escolas públicas do País”.	Gazeta do Povo (2020)
“O processo para desfazimento dos livros inservíveis” começou no fim de 2019”.	Gazeta do Povo (2020)
“[...] indica a necessidade de se montar uma comissão para “levantar o número de livros e sua validade””.	Gazeta do Povo (2020)
“O Estado apurou que esses livros, de todas as disciplinas e de todas as séries (do ensino fundamental e do médio), estão ainda embalados e nunca foram abertos”.	Gazeta do Povo (2020)
“[...] o grupo deverá listar os livros “desatualizados, obsoletos, ociosos, irrecuperáveis, antieconômicos ou em desuso” para serem descartados”.	Gazeta do Povo (2020)

“Com a educação pública no atual patamar, é um acidente desperdiçar recursos que, não fossem o descaso e a má gestão, poderiam ter contribuído para uma melhor educação e um melhor futuro das novas gerações”.	Estadão (2020)
“Se o descarte de quase 3 milhões de livros didáticos for realmente a solução mais razoável - estranhos tempos com tão estranhas soluções”.	Estadão (2020)
“Toda vez que via aquilo, me doía. Desperdício de dinheiro público, porque a gente vê um livro que ainda tem validade, e que não foi nem aberto”.	Zero Hora/Giovani Grizotti (2019)
“[...] uma sala entulhada de livros, muitos dos quais ainda no prazo de validade, nunca utilizados pelos alunos”.	Zero Hora/Giovani Grizotti (2019)
“[...] um a um, os livros didáticos são retirados de uma pilha e levados a uma esteira para, em seguida, serem triturados”.	Zero Hora/Giovani Grizotti (2019)
“[...] calcula que o excesso de livros acontece porque o MEC não estaria considerando o número de alunos evadidos em um ano para calcular a quantidade que será enviada às escolas”.	Zero Hora/Giovani Grizotti (2019)
“Os mesmos livros que sobram numa escola faltam em outra”.	Zero Hora/Giovani Grizotti (2019)
“Empresário conta ser chamado por diretores de escolas que oferecem livros nunca utilizados, encalhados em bibliotecas e depósitos”.	Zero Hora/Giovani Grizotti (2019)

Fonte: Autores, 2020<sup>6</sup>.

O mapeamento das reportagens gerou uma ênfase que pode ser materializada nos dezoito (18) excertos supracitados. Ao nos debruçarmos sobre estes excertos, percorremos um processo teórico-metodológico baseado na análise discursiva em Foucault (2014).

Constatamos dois argumentos que foram fundamentais para as análises realizadas nas/com as reportagens: 1) o uso de recursos públicos para a produção de materiais didáticos; 2) descarte inadequado de materiais didáticos. Dois eixos que, acreditamos, corroboram para a produção de uma narrativa que coloca os livros didáticos como foco das críticas e problematizações dos meios de comunicação na totalidade.

<sup>6</sup> Em algumas das reportagens mencionamos o jornalista responsável, quando disponível a informação no *website*. O que ocorreu com apenas duas das reportagens analisadas.



## Análises e discussões

A partir desses dois eixos, construímos o *corpus* de análise que possibilitou atentar para como a temática ‘livro didático’ tem atravessado discursivamente os *websites*, entre 2019 e 2020. Após essa etapa, retornamos a esses discursos para tencioná-los, tendo em vista as ferramentas conceituais pensadas por Michel Foucault - poder e governamentalidade.

O eixo 1) o uso de recursos públicos para a produção de materiais didáticos, aparece vinculado aos principais discursos que circundam nos *websites* do território nacional: Fantástico, Zero Hora, Gazeta do Povo e Estadão. De modo geral, neles todos, o viés discursivo trata acerca do desperdício de dinheiro público. A crítica à emissão, distribuição, finalidade do livro didático para o viés educacional, produz uma narrativa que permeia uma atmosfera que tem como direcionamento a escola pública.

Com tal entendimento, toma relevo o enredo da compra de livros didáticos por meio da arrecadação do dinheiro público: “Com a educação pública no atual patamar, é um acidente desperdiçar recursos que, não fossem o descaso e a má gestão, poderiam ter contribuído para uma melhor educação e um melhor futuro das novas gerações” (ESTADÃO, 2020). Nesse ponto de vista, percebemos uma intensificação da crítica quanto ao uso de recursos públicos para fins de material didático. Recorrência que percebemos também quando o Zero Hora menciona “Toda vez que via aquilo, me doía. Desperdício de dinheiro público [...]” (GRIZOTTI, 2019).

No discurso presente no *website* do Fantástico destaca-se “O pior é que o país que tem tanto a melhorar na educação joga fora montanhas de livros didáticos, novinhos”. Verifica-se no mesmo a presença de uma prospecção de futuro direcionada ao uso de livros didáticos enquanto artefatos que operam como dispositivos para o melhoramento da educação escolar no país. Essa narrativa dá corpo a uma promessa que é transversal a utilização dos livros didáticos nas práticas pedagógicas empregadas pelos/as professores/as, como se ela fosse diretamente condicionante a qualificação da aprendizagem dos/as estudantes.

Novamente, seguindo o discurso presente nos *websites*, são colocados em cena os enunciados de mal uso de recursos, descaso e má gestão como aqueles responsáveis por prejudicar uma melhor ‘educação’ (no sentido de Educação Escolar) e um melhor futuro para as novas gerações. Aí, as propagandas utilizam como recurso uma formação

discursiva pela via do *slogan*, que corrobora, por exemplo, para uma página do *website* que ‘convence’ o indivíduo a dispensar uma leitura e aprofundamento na temática:

FIGURA 1: Recorte de uma notícia presente em *website*.



Como se todas as instituições escolares públicas operassem pela via do descarte indevido de livros didáticos, já que atreladas ao MEC, o *website* apresenta certa ‘sensibilização’ quando mencionam “É desconcertante a notícia de que o MEC estuda descartar 2,9 milhões de livros didáticos” (ESTADÃO, 2020). Constrói-se, aí, efeitos de sentido emocional e afetivo, estabelecendo uma conexão também dessa ordem com o indivíduo que acessa a página.

Poderíamos aqui problematizar que há uma governamentalidade (FOUCAULT, 2008a) presente nesse discurso, pois há um governo que acontece na própria distribuição dos livros didáticos. Para que esse material chegue às escolas, é necessário um investimento do Estado que governa a política. Com esse ‘investimento’ gera-se a formação de uma subjetivação que apela para sua ‘utilidade’, apontando que sua utilização é pertinente para o processo escolar/educacional. Quando se trata da inutilidade, ou da descartabilidade desse material, o próprio governador (no sentido do ente que estabelece o governo) se retrai, deixa de exercer o seu papel, jogando a responsabilidade para outros entes que até então não exerciam tal poder (DELEUZE, 2013) sobre o fluxo dos materiais.

Se pensarmos em âmbito global, “[...] são os livros didáticos que estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e aprendizagem nas salas de aula de muitos países através do mundo” (APPLE, 1982, p. 81). O que corrobora para pensarmos que, em termos de condições físicas para serem desenvolvidas atividades escolares, por

um bom tempo, ao longo da historicidade, tivemos nesse material didático (livro didático), importante âncora que permitia a diversificação do trabalho didático-pedagógico do/a professor/a. Simultaneamente, em que, esse mesmo livro didático acabou por estruturar o campo de ação do/a professor/a e dos/as estudantes, visto que poderiam favorecer certas condutas (escolha de conteúdos, abordagens didáticas e metodológicas) em detrimento de outras. Tendo em vista essa última ponderação acerca do livro didático, ele pode se tornar uma tática que direciona fortemente a ação do/a professor/a, uma vez que apresenta uma seleção de conteúdo para um determinado nível de ensino, mas, além disso, os estrutura e os distribui em lições e unidades, que em muitos casos, precisam ser seguidas de forma verticalizada e linear, hierarquizando as práticas pedagógicas dos/as professores/as.

Para além do bem e do mal, esse dispositivo de governo (FOUCAULT, 2008) costuma determinar os procedimentos didáticos e metodológicos por meio dos quais o momento de ‘aula’ acontece. Em alguns casos, o/a professor/a que aceita e utiliza esse tipo de material tem, por isso, pouco espaço para introduzir conteúdos que fogem do cronograma estabelecido pelo livro (o que acontece com frequência, por exemplo, em instituições educativas de caráter privado). Além disso, o livro pode ser um recurso que permite disciplinar a ação do/a professor/a e do/a estudante, impedindo-os/as de desenvolverem sua autonomia de pensamento, considerada tarefa primeira da educação moderna. Segundo Molina (1987), existem circunstâncias que impulsionam os/as professores/as ao uso indiscriminado do livro didático e que, de certa forma, acabam reduzindo sua autonomia:

As péssimas condições materiais de funcionamento das escolas; mais especificamente, a carência ou ausência de livros, de espaços físicos para o estudo e a pesquisa, de recursos e utensílios para a orientação da aprendizagem, de salas e laboratórios bem conservados e equipados etc. (MOLINA, 1987, p. 9).

Atualmente é possível perceber que em determinadas escolas o uso do livro didático ainda se apresenta como uma forma de driblar as condições materiais, a falta de recursos como, por exemplo, as cópias reprográficas. Além das condições materiais, segundo Molina (1987), as próprias condições de trabalho dos/as professores/as, que os obrigam a uma vida de correrias e de improvisações, de rotinas e limitações, podem ser decisivas para a utilização majoritária do livro didático, sem maiores problematizações e questionamentos. Por outro lado, é presente nos cursos de graduação e nas próprias

escolas o discurso sobre a importância de os/as professores/as confeccionarem seus próprios materiais, advertindo sobre certa deficiência no conteúdo dos livros didáticos distribuídos pela federação. Em alguns casos, os/as “[...] professores não se satisfazem com os conteúdos dos livros didáticos, então fazem uma adaptação destes conteúdos, moldando-os com a sua realidade escolar e as tendências pedagógicas que seguem, desta forma [...]” (ROCHA; FARIAS, 2020, p. 1551).

Nas últimas décadas a comunidade acadêmica tem se dedicado “[...] a investigar a qualidade das coleções didáticas, denunciando suas deficiências e apontando soluções para a melhoria de sua qualidade” (ROCHA; FARIAS, 2020, p. 1548). Algumas destas pesquisas consideram que os livros didáticos, utilizados pelos/as professores/as em sala de aula, passam por problemas, entre eles: erros conceituais, superficialidade dos assuntos abordados, presença constante de questões de memorização, falta de contextualização, pouca valorização do cotidiano do/a estudante e entre outros. Esse é outro conjunto de discursos (FOUCAULT, 1995) que se trama quando se trata da utilização pedagógica dos livros didáticos.

Nesse sentido, se atentarmos para essa realidade, para além de empregarmos juízo de valor (bem ou mal - bom ou ruim), é possível pontuarmos que, muitos dos discursos presentes nos excertos encontrados durante a realização da presente pesquisa, não apresentam a amplitude de fatores e elementos que se tramam ao uso de recursos públicos para a aquisição de materiais didáticos direcionados às instituições de ensino públicas.

Nesse ponto de vista, o eixo 1) o uso de recursos públicos para a produção de materiais didáticos, apresenta uma série de discursos (FOUCAULT, 1995) com reverberações que produzem um enunciado, manifestado e intercambiado, sem uma potente e necessária problematização e reflexão das operacionalizações e engendramentos do trabalho pedagógico realizado no interior das escolas, bem como as leis e também normativas que regulamentam o uso dos materiais didáticos. Paradoxais ou não, trata-se de modos de habitar esse contexto que, a nosso ver, não se encontram contemplados nos *slogans* que fazem parte das reportagens encontradas na busca realizada.

Em se tratando do eixo 2) descarte inadequado de materiais didáticos, emergem duas problemáticas que julgamos importantes, a primeira delas diz respeito à forma como estes materiais didáticos são gerenciados, seja pelo Estado, ou no interior das instituições escolares. A segunda está marcada pela importância econômica e comercial que a venda e distribuição destes livros didáticos produz.

Ao realizarmos a leitura dos excertos, verificamos discursos que apontam para uma certa problemática em termos de gestão acerca da escolha, distribuição, utilização etc., dos livros didáticos, como a reportagem encontrada no jornal Estadão “[...] é um acinte desperdiçar recursos que, não fossem o descaso e a má gestão, poderiam ter contribuído para uma melhor educação e um melhor futuro das novas gerações” (ESTADÃO, 2020).

Esses discursos que aqui sobressaem apresentam a formação de uma subjetividade (FOUCAULT, 2008b) que se desdobra na descartabilidade do próprio conhecimento. Como citado na introdução deste artigo, os livros podem ser compreendidos como heranças produzidas em um passado, legado para as gerações futuras. Quando eles são descartados, ou os discursos sobre seu descarte tornam-se recorrentes, como percebemos nos fragmentos, fomenta-se a subjetivação de que o próprio conhecimento pode ser descartado, pois, é isso que se encontra registrado nos livros didáticos.

Tais discursos sinalizam movimentos recorrentes nas instituições escolares, como: a falta de livros em algumas escolas em contraste com o número elevado de livros em outras que acabam ‘sobrando’. Livros que não chegam até os/as estudantes, e acabam ficando empoeirados nas bibliotecas, ou até mesmo dentro de alguma sala de aula em desuso. Equipe diretiva e professores/as, que acreditam que os livros não se mostram como bons recursos didáticos, e por isso não fazem questão com que os mesmos cheguem aos estudantes. Entre outras questões e problemáticas, que não estão ligadas somente a gestão interna das escolas, mas ao próprio programa de distribuição de livros didáticos no Brasil, pela via do Programa Nacional do Livro Didático<sup>7</sup> (PNLD) (BRASIL, 1985<sup>8</sup>). Tal como que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) distribui os livros didáticos conforme as projeções do censo escolar com informações referente a dois anos anteriores ao ano de distribuição de livros através do PNLD. Assim, o número de estudantes presentes no censo, pode não estar em consonância com o número necessário de livros, já que novos estudantes podem ser matriculados na escola ou o contrário. Dessa maneira, o órgão, ao assumir essa postura logística de distribuição destes livros, deixa essa brecha se tratando desse primeiro eixo. Há uma pha onde poderá haver pequenas

---

<sup>7</sup> Trata-se de uma política pública que se propõe à avaliação e distribuição de livros didáticos para todos os estudantes de diferentes níveis do ensino público da Educação Básica no território brasileiro.

<sup>8</sup> Decreto nº 91.542 de 19 de agosto de 1985. Instituto Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências.

oscilações entre o número de livros e o de estudantes a receberem os materiais. O que está em consonância com o excerto da reportagem da Zero Hora, em que:

O Secretário de Educação do Rio Grande do Sul, Faisal Karam, calcula que o excesso de livros acontece porque o MEC não estaria considerando o número de alunos evadidos em um ano para calcular a quantidade que será enviada às escolas (GRIZOTTI, 2019, n.p).

Acreditamos haver outra tangente, do ponto de vista cultural, a ser problematizada e, que não aparece nas informações veiculadas pelas mídias (reocupação e uma orientação por parte do PNLD, que os livros didáticos (quando passam do ‘prazo de validade<sup>9</sup>’), sejam distribuídos para os/as estudantes e a comunidade escolar amplamente. Embora não haja dados empíricos para sustentar, acreditamos que muitas gestões escolares e mesmo professores/as, se esforçam para que o livro didático, comprado e adquirido com recursos públicos, seja um objeto que habite os ambientes familiares, incentivando que os/as estudantes levem os livros para casa e façam bom uso deles retomando seus conteúdos e exercícios.

No entanto, sabemos que no Brasil, existe um número significativo de famílias que nunca compraram um livro, ou seja, pode ser que o ato de possuir um artefato cultural em casa, o livro, não seja cultivado por muitos<sup>10</sup>. Por isso, talvez o esforço realizado nas escolas para os livros didáticos comporem uma aquisição cultural das famílias não ganha eficiência, restando às escolas, apenas a opção de descarte desses livros. Por isso, talvez, houvesse a necessidade de que, os recursos que subsidiam a aquisição de livros didáticos

---

<sup>9</sup> Conforme o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), os livros didáticos distribuídos são confeccionados com uma estrutura física resistente para que possam ser utilizados por três anos consecutivos, beneficiando mais de um estudante. No ensino fundamental, cada um tem direito a um exemplar dos seguintes componentes: língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e língua estrangeira (inglês ou espanhol, do 6º ao 9º ano). Os livros de língua portuguesa, matemática, ciências, história e geografia são reutilizáveis, ou seja, devem ser devolvidos ao final do ano, para serem utilizados por outros alunos. A exceção são os livros consumíveis, que são os de alfabetização matemática e de alfabetização lingüística (1º e 2º anos) e os de língua estrangeira. O critério de reutilização dos livros é mantido no ensino médio. Os livros de língua portuguesa, matemática, geografia, história, biologia, física e química são reutilizáveis, devendo ser devolvidos ao final do ano letivo. Já os livros de língua estrangeira (inglês e espanhol), filosofia e sociologia são consumíveis. O estudante receberá livros de língua estrangeira a cada ano, não tendo que devolvê-los. No caso da sociologia e da filosofia, os alunos receberão um livro em volume único, ou seja, este será utilizado durante os três anos do ensino médio.

<sup>10</sup> Tendo em vista que no Brasil, há um grande número de famílias que se encontram na linha da pobreza e que a grande preocupação cotidiana destas é a subsistência. Trabalhar, para poder comprar itens básicos para manter-se vivo.

servissem também para subsidiar campanhas de valorização e reconhecimento do livro amplamente na cultura brasileira.

A pesquisadora Olga Molina, alertou para essa construção cultural na década de 1980, quando ela afirma que:

O livro didático adquire especial importância quando se atenta para que ele pode ser, muitas vezes, o único livro com o qual a criança tem contato. Considerando-se que, ao deixar a escola, pode ocorrer que jamais tornem a pegar em livros, percebe-se que, para muitos cidadãos, o livro didático termina por ser “o” livro (MOLINA, 1987, p. 18).

Analisando a recorrência de termos como ‘sobrar’, ‘faltar’ e ‘excesso’, parece haver uma preocupação quantificável com o livro didático. Parece não haver uma preocupação qualitativa, no modo de pensar nos conteúdos que cada um deles possui/comporta. Essa recorrência, parece reverberar uma frieza no modo como a educação escolar é tratada e considerada pelos meios de comunicação (nesse caso os *websites*). Parece, aí, haver uma apropriação discursiva sendo realizada que opera pela via da narrativa economicista deslocada à educação escolar. Ao passo que as mídias que vincularam tais notícias/informações, pouco se preocuparam em analisar outras dimensões possíveis (como formato, *desing*, proposições pedagógicas, entre outros) contidas nos livros didáticos.

FIGURA 2: Recorte de uma notícia presente em *website*.



Parece haver, nesse eixo de discussões, outro governo possível: do valor do livro. Algumas expressões utilizadas nas matérias amplamente divulgadas nos canais

acima citados, como ‘sala entulhada’, ‘lixo’, ‘transformação em papel higiênico’, adquirem uma potência de desvalorização completa dos livros didáticos, como se não fosse possível utilizá-los de outros modos. E assim, reverbera-se um enunciado que materializa uma defesa que afeta diretamente a presença de livros didáticos nos espaços escolares, seja por meio do banimento das políticas que gerenciam esses materiais, seja pela extinção dos recursos públicos destinados a esse fim.

Para, além disso, o descarte inadequado de livros didáticos aparece fortemente marcado e consubstanciado por premissas que ditam o andamento de grandes corporações e empresas - vinculadas a engrenagem que movimenta o andamento do mercado econômico. Ligado, por exemplo, ao mercado editorial que movimenta grandes transações econômicas com os Estados e a federação.

Ainda no mesmo sentido, atenta-se para que, por norma, o que se advoga e/ou se anuncia como necessidade de atualização recobre, muitas vezes, a velha política empresarial da obsolescência planejada: e à semelhança de saias e automóveis, o consumo do livro modelito-do-ano se impõe por razões que nada tem de didáticas nem de acadêmicas, muito embora seja, nestes termos e em nome delas, defendidas (LAJOLO, 1987, p. 05).

Lajolo (1987) aponta que a relação do/a professor/a com o produto e a indústria editorial, ultimamente se desenvolve por meio de um paternalismo rasgado. De modo geral, as editoras de certa forma ‘caçam’ os/as professores/as, para que eles/as escolham os livros de suas tiragens. Muito timidamente, isso ocorre, via pacotes de livros didáticos que chegam até as escolas, enviados por algumas editoras, cartões de aniversário, de Boas Festas e Feliz Ano Novo, entre outros. Para Lajolo (1987), “[...] não ficam claros os limites entre a sedução, o engodo e a cooptação consentida e a seleção objetiva” (p. 04). Ações que, imediatamente, não atrapalham ninguém, mas que de modo subjetivador acabam cooptando os/as professores/as - inculcando neles/as ‘capturas’ insuspeitas, governamentos possíveis de serem efetuados.

Conforme Lajolo (1987), o que está em jogo na discussão proposta sobre a obsolescência do livro didático, é a necessidade discursiva de se compatibilizar a relação de custo de um processo de seleção sério, com o benefício de uma maior eficiência educacional - um atravessamento direto de perspectivas gerencialistas na educação escolar. Não está em cheque “[...] vantagens ou desvantagens de que um mesmo exemplar possa ser usar por um ou mais joãozinhos ou mariazinhas da mesma família” (LAJOLO,



1987, p. 05). Neste sentido, o modo de estabelecer ‘valor’ às ações e materiais adquire uma postura utilizada pela máquina da economia e do mercado, empurrando os livros didáticos para uma concepção de obsolescência e um sentido de ‘validade’.

Ao mesmo tempo, nos excertos destacados, o modo como o tema é abordada parece solicitar uma melhor gestão dos livros didáticos nas escolas públicas. Em todos os casos (eixo 1 e eixo 2), pode-se verificar que existe um sistema que gerencia o *modus operandi* dos livros didáticos, o qual habilita a emergência dessa prática discursiva. Ao passo que, autoriza a emergência de múltiplos enunciados que tratam o livro didático pela via de práticas e moldes gerencialistas, econômicos e neoliberais. Um pendor utilitarista que, movimenta-se pela lógica do livro didático como um objeto visibilizado pela via da premissa de ‘gasto’ público.

Indiretamente, a escola pública, na totalidade, entra nos holofotes das reportagens presentes nos *websites*, quando aspectos, como os materiais didáticos, são ‘a bola da vez’. Por meio da mecânica neoliberal em voga, têm-se legitimado uma desqualificação discursiva e, ao mesmo tempo, operacional do trabalho pedagógico desenvolvido no âmbito das escolas públicas brasileiras. Entram nesse contexto, forças que conjuram: atuação do/a professor/a; organização curricular das escolas; entre outros aspectos. Com o escrito de Pires (2016) é possível considerar que enquanto uma imagem depreciativa de algo ou alguém é naturalizada, produz-se um “[...] desenho institucional do extermínio da diferença” (p. 200), corroborando para considerarmos que, de modo geral, as investidas que tem aparecido, em termos de discurso e enunciado acerca do livro didático no Brasil, tem tramado redes específicas que atacam diretamente a escola pública, pela via da sua (in)utilização.

## Considerações Finais

O presente estudo desenvolveu uma análise de discurso (FOUCAULT, 2007), impulsionada pelo seguinte problema de pesquisa: Como as reportagens contemporâneas abordam a temática da (in)utilização do livro didático no Brasil na contemporaneidade? Com um recorte temporal que compreende os anos de 2019 e meados de 2020, 18 excertos presentes em reportagens de *websites*, compuseram o *corpus* investigado. As ferramentas conceituais utilizadas para a realização da análise de discurso: governamentabilidade (FOUCAULT, 2008a) e poder (FOUCAULT, 2018) - deram condições para debruçar nossos esforços na trajetória do estudo.

Os resultados encontrados apontam para uma considerável produção discursiva acerca da (in)utilização do livro didático nos *websites* situados no cenário nacional. O quanto tal trama discursiva prolifera noções acerca do livro didático que tem como foco a apropriação de práticas e moldes gerencialistas, econômicos e neoliberais. Nos eixos 1) uso de recursos públicos para a produção de materiais didáticos e 2) descarte inadequado de materiais didáticos, toma relevo a série de discursos presentes nos *websites* que contemplam *slogans*, os quais, de modo geral, não tratam do emaranhado de forças, especificidades e agenciamentos que operam no âmbito do trabalho pedagógico realizado nas escolas públicas. Além disso, o quanto a própria engrenagem que delinea a distribuição dos livros didáticos para as escolas públicas, habilita a emergência de ataques diversas as especificidades que acontecem no ínterim das instituições, já que, possui uma ‘brecha’ que deixa em suspenso o número exato de estudantes matriculados/as no ano de distribuição.

Destarte, é possível considerar que o presente empreendimento investigativo vem ao encontro de contribuir para futuras discussões teóricas que atentam para a análise de discurso envolvendo o tema dos livros didáticos no Brasil, o que pode corroborar para reformulações e/ou aperfeiçoamentos envolvendo esse importante campo da educação escolar pública.

Por fim, reitera-se a pertinência de estudos e pesquisas que se debruçam sobre a temática dos livros didáticos, nas diferentes áreas do conhecimento científico, com vistas a ampliar o entendimento do que tem sido possível no cenário brasileiro.

### Referências

- APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. A gênese do texto da constituição de 1988. **Constituição de 1988**. Volume I – Brasília/DF. 552 f. 2013. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/GeneseConstituicao/pdf/genese-cf-1988-1.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2020.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo - ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

A educação não é descartável. **Estadão**, 2020. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,a-educacao-nao-e-descartavel,70003157130>. Acesso em: 10 mar. 2020.

Denúncia: livros didáticos novos estão virando lixo e até papel higiênico no RS. **Fantástico**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/12/08/denuncia-livros-didaticos-novos-estao-virando-lixo-e-ate-papel-higienico-em-escolas-do-rs.ghtml>. Acesso em: 02 mar. 2020.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 114, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/SjLt63Wc6DKkZtYvZtzgg9t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; RABINOW, Hubert. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

Quase 3 milhões de livros didáticos nunca utilizados podem ir pro lixo, **Gazeta do Povo**, 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/quase-3-milhoes-de-livros-didaticos-nunca-utilizados-podem-ir-pro-lixo/>. Acesso em: 10 mar. 2020.

GRIZOTTI, Giovani. Livros didáticos não utilizados por escolas viram reciclagem no Rio Grande do Sul. **G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/12/08/livros-didaticos-nao-utilizados-por-escolas-viram-reciclagem-no-rio-grande-do-sul.ghtml>. Acesso em: 10 mar. 2020.

GRIZOTTI, Giovani. Sem uso, livros didáticos do governo são vendidos para reciclagem. **Gaúcha ZH**, 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2019/12/sem-uso-livros-didaticos-do-governo-sao-vendidos-para-reciclagem-ck3xni377005h01qhlwb0jdg.html>. Acesso em: 10 mar. 2020.

LAJOLO, Marisa. O livro didático: velho tema, revisitado. In: **Em Aberto**, INEP, Brasília, n.35, 1987.

MOLINA, Olga. **Quem engana quem: professor x livro didático**. São Paulo: Papirus. 1987.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Criminalização do racismo: Entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social sobre os negros**. Brasília: Brado Negro, 2016.

ROCHA, Carlos José Trindade da; FARIAS, Sidilene Aquino de. A importância do livro didático na integralização e aulas de Química em escola pública. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, [S. l.], v. 7, n. 17, p. 1547–1560, 2020. DOI: 10.26568/2359-2087.2020.4947. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/4947>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SANTOS, César Feitosa. Contribuições de Michel Foucault para a educação escolar. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 101–112, 2016. DOI: 10.26568/2359-2087.2016.1590. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/1590>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SERRES, Michel. **Polegarzinha: Uma nova forma de viver em harmonia, de pensar as instituições, de ser e saber**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

**Enviado em:** 16/06/2021.

**Aceito em:** 15/06/2022.

**Publicado em:** 11/06/2023.